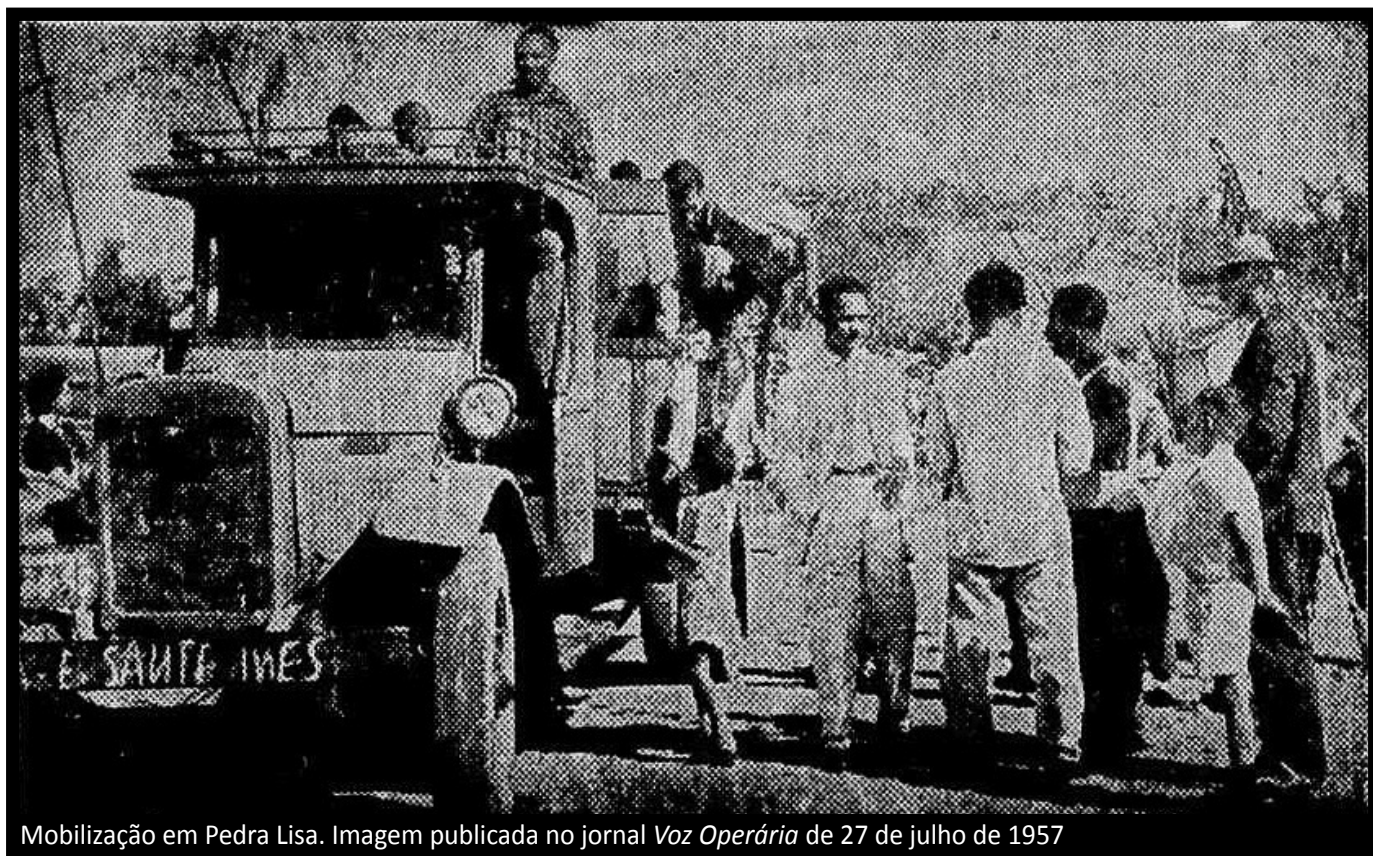


CAMPONESES, OPERÁRIOS E A TENTATIVA DE RESISTÊNCIA ARMADA AO GOLPE DE 1964 NA BAIXADA FLUMINENSE¹

Gabriel Souza Bastos²

Nós ficávamos, a minha família, meu pai, nesse rádio, eu com 14 anos, acompanhando as notícias, com a esperança de que ainda houvesse uma resistência no país. Mas tudo terminou naquela manhã de 2 de abril de 1964.

(Silvio Tandler)³



Mobilização em Pedra Lisa. Imagem publicada no jornal *Voz Operária* de 27 de julho de 1957

O artigo analisa uma tentativa abortada de resistência armada ao golpe de 1964, envolvendo um bloco político composto por associações de camponeses e sindicatos, especialmente petroleiros, na Baixada Fluminense. Através de análises documentais, jornalísticas e entrevistas, são destacadas a organização desse bloco político naquela conjuntura e as circunstâncias da resistência. O autor problematiza a suposição de amplo apoio popular ao golpe e conclui que essa possível resistência armada dependia da reação do presidente João Goulart ao golpe

A possibilidade de resistência ao golpe de 1964 responde a uma alternativa histórica não concretizada que aguça o imaginário social de muitos brasileiros e brasileiras, diante do trauma coletivo daquilo que de fato se concretizou. Era possível interromper o movimento golpista? O que poderia ter sido feito?

Luiz Alberto Moniz Bandeira argumenta que o golpe poderia ter sido evitado se o presidente da República João Goulart “cedesse às pressões das forças conservadoras, se obedecesse às imposições econômicas, financeiras e políticas dos Estados Unidos, rompendo relações com Cuba, reprimindo o movimento sindical e demitindo os elementos considerados de esquerda”.⁴ De forma semelhante, Marcos Napolitano argumenta que, ao perder o general Amaury Krueel como aliado, Goulart havia perdido praticamente o con-

trole sobre todo o Exército, restando apenas o III Exército no Rio Grande do Sul. “Krueel deixou claro para o presidente que ele apoiaria o governo se Jango afastasse dele os ‘comunistas’, o que equivaleria a reprimir os movimentos sociais e se afastar dos sindicatos [...]. Suicídio político puro, o qual, obviamente, ele não poderia aceitar.”⁵ Jacob Gorender, por sua vez, compreende que até certo momento havia possibilidade de interromper o movimento golpista, caso houvesse unidade entre as forças de esquerda antes de sua concretização.⁶ Quando de fato ocorreu, argumenta o autor, de um ponto de vista estritamente militar, o golpe poderia ter sido contido se uma contraofensiva imediata fosse realizada, o que não ocorreu, devido à falta de iniciativa do presidente da República.⁷

Ao desembarcar em Porto Alegre, em 2 de abril de 1964, Goulart se reuniu com Leonel Brizola e o general

Ladário Teles, que assumiu o controle do III Exército, para discutir possibilidades de luta. Após a conversa, Goulart compreendeu que a tentativa de resistência não passaria de uma aventura que resultaria em inútil derramamento de sangue⁸. Diante desse cenário, no momento que “dirigentes sindicais lhe pediram armas, [...] ele se negou a fornecê-las. Não queria assumir a responsabilidade por um massacre popular, especialmente no Rio de Janeiro, pois nos conduziria a uma situação mais caótica e de consequências imprevisíveis”.⁹ A esse respeito, Gregório Bezerra, destacado dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conta em seu livro de memórias que procurou autoridades do estado de Pernambuco e sindicatos de diversas categorias para conseguir armas, mas não obteve êxito. Entretanto, havia grande número de trabalhadores rurais prontos para empunhá-las.

Nesse contexto, Bezerra se refere a algumas “concentrações de massa à minha espera”, aguardando que trouxesse armas, nos “engenhos de Catende, Palmares, Águas Pretas, Gammeleira, Ribeirão e alguns outros”¹⁰.

Na contramão da situação descrita por Bezerra, setores midiáticos da época, favoráveis ao golpe, disseminaram a ideia de ter havido ampla adesão popular ao movimento golpista. A título de exemplo, a “Edição Histórica” da revista *Manchete*, de abril de 1964 — composta apenas de imagens acompanhadas de legendas e poucos textos ao longo de toda a edição — exhibe fotos da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade no Rio de Janeiro, da sessão parlamentar no Congresso Nacional que depôs João Goulart e de tropas, sugerindo um amplo respaldo popular ao golpe.

Contudo, essa suposição é controversa. Um dado relevante para esse debate são os resultados de pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) pouco antes do golpe de 1964, mas revelados apenas em 1989¹¹. Uma dessas pesquisas, realizada entre junho e julho de 1963, aponta que o governo de Goulart tinha 76% de aprovação (35% consideravam “ótimo” ou “bom” e 41% “regular”), contra 19% de desaprovção (“mau” ou “péssimo”). Em outra pesquisa realizada pelo Ibope, entre 9 e 26 de março de 1964, isto é, poucos dias antes do golpe, 47% dos entrevistados responderam que votariam em Goulart caso ele pudesse candidatar-se à reeleição, contra 46% dos entrevistados, que não votariam. Em julho de 1963, esses índices eram de 37% (votariam) e 50% (não vota-

riam), indicando uma tendência de alta na popularidade de João Goulart.

Conforme apontado por Marilena Chaui, “a derrota é justamente aquilo que uma certa história não pode revelar nem interpretar porque só se mantém como ‘história’ pelo silêncio que impôs aos vencidos”.¹² Assim, o relato de Gregório Bezerra¹³ desafia a ideia de que o golpe recebeu majoritário respaldo popular e reforça o seguinte questionamento: se o golpe foi tão aclamado, como explicar a presença de diversas concentrações de trabalhadores rurais no interior de Pernambuco dispostos a resistir com armas?

Esse questionamento se expande se observado fenômeno semelhante ocorrido na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Nessa região, lideranças de entidades de trabalhadores rurais também relatam um grande número de camponeses dispostos a pegar em armas para combater o movimento golpista, concentrados em duas distintas localidades no dia 1º de abril de 1964. Essas entidades camponesas estavam profundamente conectadas com sindicatos de diversas outras categorias, na Baixada Fluminense e em outras regiões do estado, tendo sido a presença do PCB um elemento fundamental para viabilizar essas articulações. Conforme relatos analisados, os camponeses dessas entidades estavam aguardando o fornecimento de armamento que seria entregue pelos petroleiros do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo (Sindipetro) de Duque de Caxias. Alguns dirigentes desse sindicato também relatam essa articulação. Contudo,

essa tentativa de resistência armada foi abortada antes mesmo que as armas fossem empunhadas.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é trazer uma contribuição a essa discussão, realizando uma análise histórica dessa tentativa abortada de resistência armada ao golpe. Serão analisadas as circunstâncias que frustraram essa ação, bem como as articulações que vinham se formando entre operários e camponeses da Baixada Fluminense, que possibilitaram a organização da tentativa de resistência armada ao golpe.

Assim, para atingir esse empreendimento de pesquisa, foram realizadas análises documentais e jornalísticas, bem como das memórias coletivas elaboradas por moradores da região, que testemunharam ou foram socializados pelas memórias desses acontecimentos.¹⁴ Isso inclui entrevistas e interações durante o trabalho de campo, visando colocar em perspectiva as representações sociais da memória desses atores com as fontes documentais consultadas.

Questão agrária, campesinato e a conjuntura política de 1946-1964

Apesar de diversas tentativas fracassadas para alterar, no Congresso Nacional, o artigo da Constituição de 1946 que previa, em caso de desapropriações, indenização, prévia, justa e em dinheiro,¹⁵ no governo João Goulart foram realizadas algumas desapropriações em áreas de conflito.¹⁶ Nesse período, na América Latina e no Caribe, a questão agrária vinha recebendo destaque no cenário político, como na Bolívia em 1952, quando uma revolução de camponeses e

mineiros resultou em uma reforma agrária que expropriou grandes latifúndios,¹⁷ e na Guatemala, de 1952 a 1954, onde, através de uma aliança tática entre o presidente nacional-desenvolvimentista Jacobo Arbenz e os comunistas foi aprovado um projeto de reforma agrária que assentou mais de 100 mil famílias num período de 18 meses.¹⁸

A ação desses governos nacionais, através do aparato estatal para distribuição de terras a diferentes categorias de trabalhadores rurais, foi empreendida como resposta a massivas mobilizações camponesas e à ameaça de uma “revolução social” iminente.¹⁹ Esse cenário se intensifica a partir de 1959 com a Revolução Cubana e sua reforma agrária, que se deu através de um projeto de desenvolvimento nacional que rapidamente transitou do nacionalismo democrático popular ao socialismo, devido à intolerância de frações da burguesia a reformas que redistribuíssem minimamente o excedente dentro dos limites do capitalismo e alterassem a sua utilização.²⁰ Essas experiências históricas se davam dentro dos marcos de projetos de desenvolvimento nacional e seus dilemas no contexto do capitalismo periférico e dependente.

No Brasil de Goulart, a reforma agrária era reivindicada por uma ampla base social organizada. A partir das reflexões de Tarrow,²¹ sobre a centralidade que as oportunidades políticas têm para ações coletivas, a conjunção desses dois fatores no bojo da disputa pela reforma agrária — a iniciativa do Estado através das reformas de base e a mobilização camponesa em torno dessa pauta — não

só era capaz de alterar as correlações de força na conjuntura política, como também abria a possibilidade de inserção do campesinato como um ator relevante, anteriormente excluído do cenário político.

Apesar da diversidade de formas de organização do trabalho rural, entidades como as Ligas Camponesas, criadas em 1945, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), criada em 1954, o PCB e entidades da Igreja Católica organizavam diferentes segmentos de trabalhadores rurais em diversas regiões do país, sob três demandas: direito à organização sindical, direitos trabalhistas e reforma agrária, compreendida enquanto instrumento de justiça social e de superação do latifúndio, caracterizado como agente do atraso econômico e do subdesenvolvimento.²² Esse período marca importantes saltos organizativos do movimento camponês, culminando em conquistas históricas, como a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), em 1962 — com o propósito de lidar com questões fundiárias —, e de uma normatização da estrutura sindical no campo, através de portarias do Ministério do Trabalho, publicadas a partir de 1962, e sintetizadas no Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, possibilitando a criação de sindicatos exclusivamente de trabalhadores rurais.²³ Essa experiência da disputa por direitos e acesso à terra moldou socialmente esses atores, gerando linguagem e identidade próprias, tornando o campesinato um ator político de relevância nacional, em um processo que pode ser lido como de formação de classe.²⁴

Movimento camponês, movimento sindical e conflitos por terra na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960

No estado do Rio de Janeiro, a atuação do PCB foi central para a organização de trabalhadores rurais em diversos municípios, tais como Cachoeiras de Macacu, Magé, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes. Desde a década de 1940, o partido vinha operando em diversas outras entidades, que atuavam junto de associações camponesas, tal como o Sindicato dos Tecelões de Santo Aleixo em Magé, fundado em 1941.²⁵ Ao longo dos anos 1950, o PCB exerce uma atuação central em diversas associações de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, tais como a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, fundada em 1948, que atuava na Região de Pedra Lisa em Nova Iguaçu,²⁶ e a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada em 1949, no distrito de Xerém, sob a liderança de José Pureza.²⁷ O objetivo central de ambas as associações era defender os trabalhadores rurais associados, em sua maior parte posseiros, das ações de grileiros na região.²⁸

Cabe destacar que a categoria grileiro, assim como posseiro, é uma categoria relacional, que deve ser compreendida no contexto de conflitos por terras e como um grupo atribuído ao outro (e a si mesmo) determinada identidade. No contexto das décadas de 1950 e 1960, no estado do Rio de Janeiro, se trata de uma categoria atribuída aos agentes responsáveis por despejos de trabalhadores rurais, com o objetivo de se apropriarem das terras que estes — que normal-

mente se denominavam como posseiros — ocupavam e trabalhavam.²⁹

A categoria grileiro, no contexto de conflitos por terra na Baixada Fluminense, se insere em matizes da questão agrária que não envolvem “fazendeiros” ou “latifundiários”, mas em circunstâncias onde a terra aparece como um capital especulativo, adquirida e utilizada como reserva de valor, podendo ser assim “grileiros” desde compradores irregulares de terras até grandes empresas que têm a intenção de expulsar posseiros. Em alguns desses casos, a terra tratada como capital especulativo se relaciona com outros capitais, como é o caso da atuação dos irmãos Coimbra Bueno, em Cachoeiras de Macacu, políticos influentes de Goiás, que adquiriram terras no município em 1954, através de sua empresa Agrobrazil Empreendimentos Rurais Ltda³⁰; da Companhia América Fabril, uma grande fábrica de tecidos localizada em Magé;³¹ e da família Guinle em Nova Iguaçu, que atuava no município com citricultura, criação de gado e venda de terras através da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, sendo também detentores de capitais de grandeza extraordinária, enormemente diversificados, com destaque para a Companhia Docas de Santos e o Banco Boavista.³² Cabe destacar que alguns desses atores participaram das articulações políticas que culminaram no golpe de 1964, conforme será detalhado mais adiante.

Assim, ao longo da década de 1950 e início de 60, ocorreram diversos conflitos fundiários em diferentes municípios do estado, com destaque para as fazendas Piranema,

São Lourenço e Capivari em Duque de Caxias; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; nas áreas sob controle da Companhia Fazendas Reunidas Normandia e suas adjacências, em Nova Iguaçu; no Imbé, em Campos dos Goytacazes; nas terras sob controle da Companhia América Fabril, denominadas de “Gleba América Fabril”, em Magé; e no Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí.³³ Na Baixada Fluminense esses conflitos estiveram, no geral, relacionados à valorização imobiliária e à especulação, consequência da expansão de atividades industriais e de serviços onde hoje corresponde à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e também por conta de investimentos estatais em obras de saneamento, que já vinham sendo implementadas pelo governo federal na mesma região.³⁴

Em 1952, em meio a conflitos entre posseiros e grileiros na Fazenda São Lourenço e ameaças de despejos na Fazenda Capivari — terras contíguas à Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém —, a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias transformou-se em uma associação com um objetivo de abrangência maior: a Associação de Lavradores Fluminense (ALF),³⁵ que se organizava através de “núcleos” em diversas localidades, isto é, diversas associações locais de lavradores,³⁶ tal como a Associação de Lavradores de Caxias. De maneira semelhante, em agosto de 1960, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em decorrência de adesão de outras categorias de trabalhadores rurais à associação, bem como por sua expansão de associados em Nova Iguaçu, passou a se chamar So-

cidade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu.³⁷ Apesar de ambas entidades terem iniciado seus trabalhos como associações de atuação local que, em momento posterior, foram expandindo suas áreas de atuação, ambas se conectavam com mediadores do PCB, tais como Manoel Ferreira em Magé, José Pureza em Duque de Caxias e Bráulio Rodrigues em Nova Iguaçu³⁸, que, por sua vez, se ligavam a estruturas organizativas de maior abrangência, como a Ultab. Tal entidade, desde sua fundação em 1954, vinha adotando uma política no sentido de incentivar a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de trabalhadores rurais.³⁹

Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). No ano seguinte, foi fundada também a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj), sob forte influência do governo Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A Flerj fora fundada “para competir com a então recém-criada Falerj. A nova federação [...] tinha íntima ligação com a Federação dos Trabalhadores Cristãos”.⁴⁰ Mais tarde, em 1963, a Falerj logrou obter carta sindical, fundando assim a primeira federação sindical de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, a Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos,⁴¹ com direção composta por José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira de Lima. Na medida em que o movimento camponês estadual foi se solidificando, reunindo associações em torno da Falerj a

partir de 1959 – formalizando assim articulações que já estavam sendo realizadas – e, posteriormente, com a fundação da Federação sindical, havia grande dinâmica política entre as lideranças das associações locais. Houve grande rotatividade nos cargos de direção da Falerj, envolvendo quadros políticos de associações de trabalhadores rurais de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Cachoeiras de Macacu.⁴²

A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa ilustra bem as dinâmicas de articulações políticas que possibilitaram a fundação e funcionamento da Falerj. Tal associação logrou obter diversas vitórias, tanto para os posseiros que eram seus associados quanto para camponeses de outras regiões, em conflitos em que esteve envolvida em parceria com outras associações de trabalhadores rurais e também com colonos do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí, passando muitas vezes por articulações que envolviam a Falerj, Flerj, a imprensa progressista que os apoiava, sindicatos e partidos políticos, tais como PCB, PTB e o Partido Social Democrático (PSD).⁴³ Esse apoio mútuo resultou, muitas vezes, em desapropriações do governo estadual favoráveis às entidades camponesas, gerando núcleos de colonização agrícola nas áreas desapropriadas.⁴⁴

Os documentos dos órgãos de repressão anexados ao requerimento de anistia de Bráulio Rodrigues da Silva indicam que, apesar de viver na Região de Pedra Lisa e ter se tornado referência do movimento camponês local, Bráulio mantinha relações e atividades políticas com movimen-

tos sindicais de outras localidades da Baixada Fluminense e da Região Serrana.⁴⁵ Outros documentos anexados nesse mesmo requerimento e seu livro de memórias⁴⁶ indicam que era ele o responsável por conectar a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Tecelões de Petrópolis. Ademais, conectava a Falerj com o prefeito de Cachoeiras de Macacu, o petebista Ubirajara Muniz, cujo prontuário demonstra “relações com Manoel Ferreira de Lima e Bráulio Rodrigues da Silva (respectivamente então presidente e secretário da Falerj) e com os sindicatos dos Operários Navais, dos Rodoviários e da Construção Civil”.⁴⁷ Além dessas conexões, cabe destacar que a ocupação do Imbé, em Campos dos Goytacazes, em 1963, também foi marcada pelo apoio da Falerj,⁴⁸ que conseguia articular-se com operários navais de Niterói e ferroviários de Campos dos Goytacazes.⁴⁹

Em Duque de Caxias, importantes lideranças camponesas, além de atuarem em outras lutas por terra na Baixada Fluminense, interagiam com o movimento sindical da FNM, sensibilizados com a questão da reforma agrária naquela conjuntura, realizando uma aliança camponesa e operária.⁵⁰ A título de exemplo, Laerte Bastos, liderança camponesa local e filiado ao PCB,⁵¹ “começou a luta ‘ali na FNM’, em cujas proximidades comprou um sítio, ‘mas queria mesmo era entrosar no movimento’”⁵². As articulações entre associações camponesas e estruturas sindicais também passavam pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores de Duque

de Caxias. Além de entidades sindicais de diversas categorias, compunham esse conselho a “Delegacia dos Trabalhadores da Indústria e do Petróleo, delegado Silas Conforto, e Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, presidente Francisco José da Silva”⁵³. Com a inauguração da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) em 1961, Silas Conforto, membro do PCB, se tornaria vice-presidente da primeira diretoria eleita do Sindipetro de Duque de Caxias, fundado em fevereiro de 1962, após se desvincular do Sindipetro-RJ.⁵⁴

Conforme indicado por fontes jornalísticas e documentais, o Sindipetro Duque de Caxias tinha relações políticas consolidadas com entidades camponesas da Baixada Fluminense, tendo apoiado as associações de Magé e Duque de Caxias contra ameaças de despejo de lavradores em ambos os municípios;⁵⁵ participado de comício junto a associações camponesas de diversos municípios e diversas entidades sindicais, em solidariedade a lavradores ameaçados de despejo;⁵⁶ prestado auxílio a uma ocupação de terras, organizada pelas associações de trabalhadores rurais;⁵⁷ e participado de comício em Duque de Caxias nas vésperas do golpe, junto de diversas outras entidades sindicais, parlamentares, cooperativas e entidades de trabalhadores rurais⁵⁸. Podemos atribuir, em grande medida, essa articulação em decorrência da filiação de lideranças camponesas — tais como Bráulio Rodrigues, José Pureza e Manoel Ferreira — ao mesmo partido de Silas Conforto, vice-presidente do Sindipetro de Duque de Caxias e membro do comitê estadual do PCB.⁵⁹ Nesse sindicato,

o partido era uma força política bastante representativa, contando com cerca de 120 membros.⁶⁰

Ademais, cabe destacar que foi na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro — com o qual Bráulio mantinha articulação política com a associação de Pedra Lisa — que a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) comemorou seu aniversário de dois anos em 25 de março de 1964, em episódio conhecido como “Revolta dos Marinheiros”. A AMFNB mantinha relações políticas com diversos sindicatos,⁶¹ incluindo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias.⁶² Esse sindicato representava os trabalhadores da Fábrica de Borracha Sintética (Fabor), onde havia 98 membros do PCB⁶³ e onde atuava Dinarco Reis Filho, figura importante na tentativa de resistência armada aqui analisada.

Métodos de defesa armada em conflitos por terra no pré-1964

É importante notar que os conflitos por terra vinham escalonando de tal forma que os métodos de defesa armada por parte dos lavradores vinham sendo cada vez mais comuns — para além das estratégias jurídicas e de negociação política com autoridades estatais apoiadas por mobilizações populares, que já vinham ocorrendo. Esse tipo de resistência se colocava em um cenário em que determinadas intervenções estatais a favor das entidades de trabalhadores rurais não surtiam mais efeito prático, no sentido de interromper a ação violenta dos grileiros, e eram entendidas pelos trabalhadores co-

mo formas de autodefesa. Foi o caso da Região de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, em agosto e dezembro de 1956⁶⁴ e em 1960;⁶⁵ nas fazendas São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, e São Lourenço, em Duque de Caxias, em 1961;⁶⁶ em Itaguaí, no Núcleo Colonial Santa Alice, em 1961 e 1962;⁶⁷ e em Capivari, em 1963, em Duque de Caxias.⁶⁸

Na maioria dos casos, tratava-se de conflitos para evitar despejos, deflagrando-se contra policiais militares e homens armados a serviço de grileiros, utilizando-se os lavradores de armas de caça, revólveres e até mesmo facões, enxadas, pedaços de pau e pedras. Entretanto, Manoel Antônio da Costa, lavrador que esteve envolvido no conflito armado da Fazenda São Lourenço, conta que o deputado federal Tenório Cavalcanti⁶⁹ prestou auxílio, mediando fornecimento de armas de um arsenal da Marinha, mas que não chegaram a ser utilizadas no confronto.⁷⁰ Vale mencionar que a AMFNB, fundada no ano seguinte, segundo membro dessa associação, prestava “ajuda direta e indireta para os camponeses do Estado do Rio de Janeiro, que invadiam latifúndios. Dávamos orientação de autodefesa e trabalhávamos junto à polícia para que não fossem atacados”.⁷¹

Ademais, Manoel ainda relata ter participado de um “Curso de Guerrilha”. “Quem estava comandando era Francisco Julião. [...] É um curso lá de Cuba. [...] Nós fizemos (o curso) em Magé [...] numa fazenda que tem lá perto, lá perto de Santo Aleixo [...]. (Esse curso) foi antes da Trinchiera (de São Lourenço)”. Perguntado sobre em que condições a liderança

pernambucana das Ligas Camponesas havia estado no Rio de Janeiro, ele responde que “isso aí eu não sei te explicar por quê”.⁷²

Naquela época, pelo menos de maneira pública, Julião não se posicionava a favor da tática de guerrilha⁷³, tendo, inclusive, diversos atritos com o chamado “setor armado das Ligas Camponesas”.⁷⁴ Apenas em 1962, meses depois das “Trincheiras de São Lourenço”, é que Francisco Julião fundaria o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ou Movimento 21 de Abril, com o objetivo de dirigir todas as tendências das Ligas, inclusive o setor armado.⁷⁵ Contudo, conforme argumentado por Teló,⁷⁶ é importante levar em conta a possibilidade de que o discurso público de Julião não era necessariamente condizente com o que ele realmente pensava a esse respeito, antes mesmo da fundação do MRT, chegando a mencionar sua convivência com a iniciativa de dispositivos do “setor armado”.⁷⁷

De toda maneira, além de Manoel Antônio, participaram desse curso outros lavradores da região, incluindo Mauro Gorgonha e Félix Escobar, lideranças locais do PCB. Este último atuou na organização de camponeses em Xerém e, posteriormente, integrou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tendo sido preso e desaparecido em 1971,⁷⁸ após participar de uma tentativa de recrutamento de camponeses em Duque de Caxias para se engajarem na luta armada.⁷⁹ Entretanto, conforme relatado por Manoel Antônio da Costa, José Pureza e Bráulio Rodrigues, ambos entre os principais articuladores da Falerj, não estiveram presentes, mas

Climério, “presidente do Sindicato da Petrobras”, esteve presente.⁸⁰

Contudo, em decorrência de uma viagem de Bráulio a Cuba, representando a Falerj, onde conheceu pessoalmente o primeiro-ministro Fidel Castro, junto de Francisco Julião, que também fazia parte da comitiva brasileira, em 29 de dezembro de 1964 um delegado da Delegacia da 15ª Região Policial, em Nova Iguaçu, concluiu que Bráulio teria feito por lá um curso de guerrilha.⁸¹ A viagem, que ocorreu em 1961,⁸² de acordo com Gorender, teria alterado a percepção de Francisco Julião e do grupo dirigente das Ligas, no sentido de que a “via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda”.⁸³

As circunstâncias do curso de guerrilha apontado por Manoel Antônio da Costa, bem como a suposição dos órgãos de repressão sobre Bráulio ter realizado curso de guerrilha em Cuba, merecem maior aprofundamento. De toda maneira, ocorreu dentro de um processo em que as entidades de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense vinham desenvolvendo métodos cada vez mais frequentes de defesa armada.

Nesse contexto, embora o PCB estivesse adotando uma linha de luta institucional, afastado da via armada, Bráulio Rodrigues, ao comentar o curso de guerrilha mencionado por Manoel Antônio da Costa, diz que havia uma divisão no partido entre militantes mais e menos “revolucionários”.⁸⁴ Isso ocorria de maneira simultânea ao processo político que levaria ao “racha” do partido em 1962, originando o PCdoB,⁸⁵ ocasião em que Bráulio se desfilou, não permanecendo em partido algum,

mas ainda cooperando politicamente com ambos partidos.⁸⁶ De toda forma, José Pureza, ao comentar a linha pacífica do PCB, diz que “isto não queria dizer ‘dar a outra face’. Ação de jagunços se enfrentava, nós obedecíamos ao que o camponês dissesse”.⁸⁷ Esses elementos indicam que a Falerj, apesar de dirigida pelo PCB, apoiava as ações armadas sendo “empurrada” pela base.⁸⁸

O golpe de 1964 e a tentativa de resistência

Não é de se surpreender que entre os articuladores do golpe figurassem negociadores de diversos setores da economia, entre eles, especuladores imobiliários que disputavam o controle de terras com posseiros na Baixada Fluminense. Muitos destes se organizavam no bloco político constituído pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que, articulados com oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), foram capazes de disputar a opinião pública, culminando na ação militar golpista em abril de 1964.⁸⁹

É o caso de Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, políticos influentes de Goiás que disputavam terras com posseiros em Cachoeiras de Macacu.⁹⁰ Enquanto o primeiro figurava na lista de “ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES”, conforme apontado por Dreifuss,⁹¹ “seu irmão Jerônimo [...] teve papel ativo na articulação do golpe de 1964”.⁹² Também na obra de Dreifuss,⁹³ entre as ligações econômicas com o IPES, “são citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda. (empresa de enge-

nharia e urbanismo), Agrobrasil S.A., British-Americano Tobacco e Fundação Coimbra Bueno”.⁹⁴

As atividades do IPES também recebiam apoio da família Guinle por via da Companhia Docas de Santos e Banco Boavista, contando com a participação de membros ativos desse bloco político e de associados e colaboradores do IPES via Banco Boavista,⁹⁵ com destaque para Cândido Guinle de Paula Machado, enquanto contribuinte do IPES via Banco Boavista e Cia. Docas de Santos.⁹⁶ Carlos Guinle, um dos tios de Cândido Guinle de Paula Machado, também era associado ao IPES.⁹⁷

Cândido e seus irmãos foram os principais herdeiros do tio Guilherme Guinle, que faleceu sem filhos em 1960, herdando os principais negócios da família, como a Cia. Docas de Santos e o Banco Boavista.⁹⁸ Guilherme Guinle também era presidente da Cia. Fazendas Reunidas Normandia.⁹⁹ Esses irmãos também foram herdeiros do tio Arnaldo Guinle, que faleceu em 1963, fundador da Cia. Fazendas Reunidas Normandia,¹⁰⁰ empresa que vinha disputando terras com posseiros em Nova Iguaçu desde o início da década de 1950.

Uma vez que estes e outros membros das elites políticas de todo o Brasil, bem como os principais meios de comunicação, se concentravam no Rio de Janeiro, capital federal até 1960, a luta pela terra em suas imediações antes do golpe de 1964 era uma “caixa de ressonância” para todo o país.¹⁰¹ A título de exemplo, as disputas por terra entre posseiros e os irmãos Coimbra Bueno em Cachoeiras de Macacu ganhavam destaque nos jornais, impactando as elites,

que se sentiam ameaçadas pelas reformas de base, em especial a reforma agrária.¹⁰²

Dentro dessa perspectiva, a compreensão das mobilizações camponesas enquanto possíveis focos de preparação de guerrilhas é um tema presente nas páginas do Inquérito Policial Militar (IPM) 709, que investigou o PCB.¹⁰³ Trata-se de uma leitura que, além dos elementos mencionados, é também reflexo dos então recentes acontecimentos em Cuba. O documento expõe nítida preocupação com um cinturão de conflitos por terra nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Em trabalhos anteriores,¹⁰⁴ alguns dos principais conflitos fundiários ocorridos entre 1948 e 1964 foram estudados, indicados no mapa a seguir:¹⁰⁵

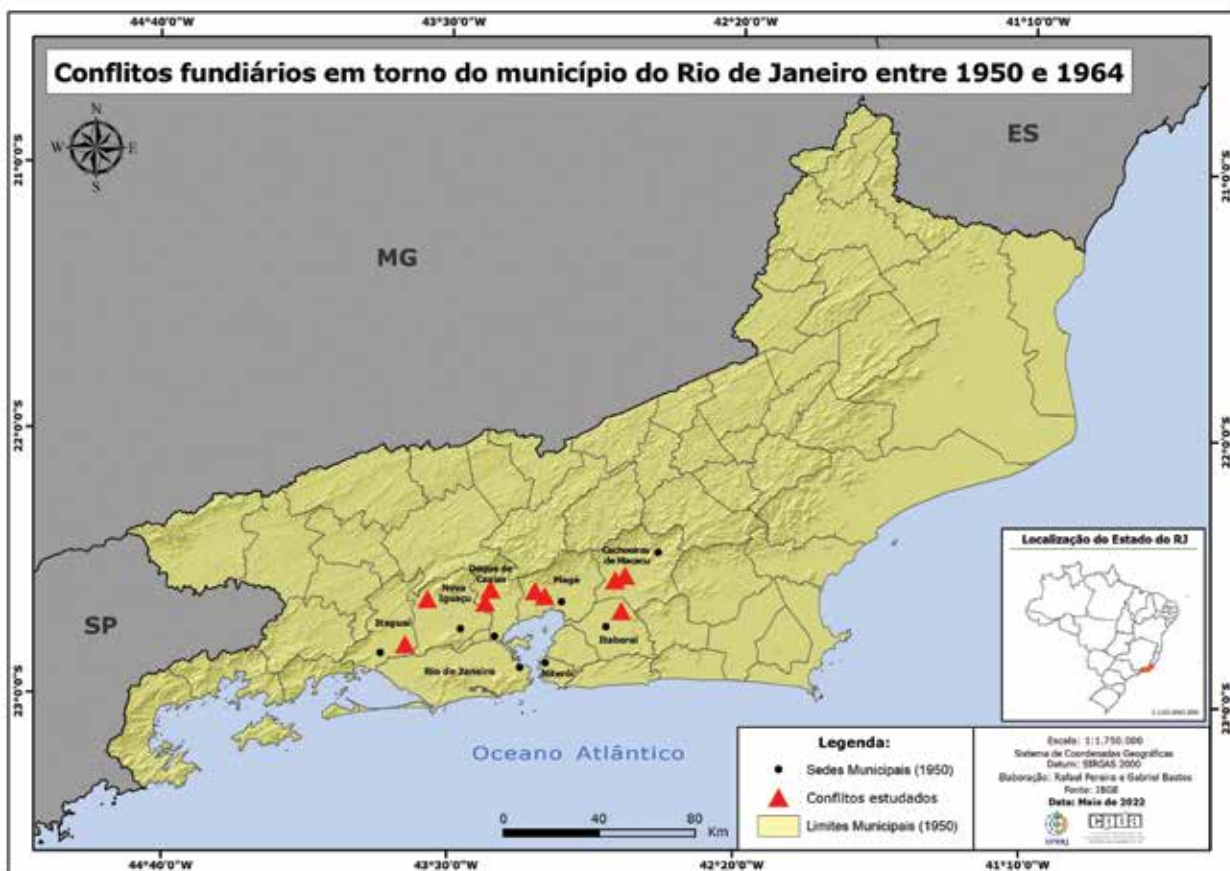
Quando o golpe ocorreu, a situação dos posseiros da Baixada Fluminense e de suas lideranças se tornou crítica. Como narra Bráulio Rodrigues da Silva:

Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contrarrevolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também. Nós tínhamos uma função muito importante no contragolpe.

[...]

Nós estávamos preparados. E íamos acompanhando pelo rádio também. Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles. Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo.

— Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços [...] para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.



[...] Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas a grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país.¹⁰⁶

Ademais, logo após a chegada dos homens armados mencionados por Bráulio, uma tropa do Exército, contando com tanques de guerra, ocupou a Região de Pedra Lisa, buscando lideranças camponesas e armas em várias casas e na sede da associação.¹⁰⁷ Conforme apontado anteriormente, Bráulio havia se desfilado em 1962, mas manteve contato com PCB e PCdoB no sentido de realizar cooperação política. Laerte Bastos, membro do PCB, tece afirmações semelhantes às de Bráulio sobre um “contragolpe”, descrevendo um plano de resistência armada que envolvia articulação entre o Sindipetro Duque de Caxias e trabalhadores rurais da Associação de Lavradores de Caxias:

Laerte Bastos: Na antevéspera, que foi [...] 1º de abril, nós estávamos reunidos, porque aí já tava a situação nacional perigosa, ameaçada, e tal, da ditadura, que acabou acontecendo né? Então, nós reunia umaimensidão de pessoas... Olha, nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim, umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente, que foi uma reunião especial, porque nós já tava resistindo... Ah!

Nós tava mobilizado pra receber arma pra enfrentar a situação, por que já havia essa ameaça do golpe, entendeu?

Então a gente reuniu e eu disse: “Companheiros, nós estamos aqui aguardando as armas que vão chegar...”. E nós era ligado, agora vou lembrando... Ao sindicato da Petrobras!

Entrevistador: Lá tinha um cara chamado Silas Conforto né? Ele era do sindicato? [...]

Laerte Bastos: O Silas Conforto era um cara extraordinário, ele ligava com a gente, ele dava apoio, mandava até alimentação pra gente, entendeu? [...] Então, a gente tava com essa condição. Então fizemos essa reunião: “Nós temos que estar preparados, por que estamos ameaçados de um golpe, e nós estamos todos aqui, nós vamos receber armas aqui...”. Então, a conversa era essa com o Silas Conforto, que nós receberíamos armas, e nós ia pegar em armas mesmo, sem nenhuma dúvida. Aí foi quando veio o golpe. A última reunião que nós fizemos... Nessa reunião, do dia 31, veio através do Silas, não sei como é que foi, que nós tinha perdido, que os homens assumiram o governo, deram o golpe, [...] e nós não tinha mais possibilidade nenhuma. Aí foi uma tragédia... [...] Nós, esperando armas, nessa reunião que eu tô falando, tava a iminência de tal, mobilizamos as pessoas, tinha muita gente, mas muita gente mesmo... Então, a gente disse: “Companheiros, infelizmente não podemos resistir, não vem mais armas pra ninguém, e nós temos que debandar”. [...] Ah! Aí já tinha até deflagrado o golpe e o Exército veio de Juiz de Fora, comandado lá pelo general e entrou lá porque sabia que lá tinha uma resistência, né? Entrou lá de caminhão [...]. E eles vieram, e invadiram e tomou conta de tudo. Eu já não fui mais pra minha casa. Eu tive que já sair dali fugido.¹⁰⁸

Conforme observado anteriormente, à época, as entidades camponesas da Baixada Fluminense estavam profundamente articuladas com outras entidades sindicais. A forma pela qual Laerte expõe a expectativa de fornecimento de armas por parte do Sindipetro Duque de Caxias indica que essa estratégia já vinha sendo planejada, porém, abortada na ocasião do golpe.

Em entrevista para o trabalho de Cruz,¹⁰⁹ Aristélio Travassos, que era membro do PCB e do Sindipetro Duque de Caxias, conta que ele e o então superintendente da Reduc foram “até o Rio de Janeiro pegar armas para resistir ao golpe. Mas quando chegamos com o caminhão cheio de armas na refinaria, fomos presos, os ‘esquerdistas’ não estavam mais lá para resistir ao golpe”.

A esse respeito, Dinarco Reis Filho, que em 1964 trabalhava na Petrobras, na Fabor, onde era secretário-geral do Comitê da Fabor e da direção nacional dos petroleiros do PCB (colegiado comandado pelo Comitê Central do partido), conta os motivos pelos quais as armas não foram entregues:

Estávamos trabalhando quando soubemos do levante armado. Imediatamente fizemos uma reunião do Comitê e entramos em contato com a Reduc. Eles já tinham se comunicado com o partido no Rio e a orientação era entrar em greve, o que foi feito imediatamente, paramos a fábrica e entramos em greve. Tentando nos preparar para a defesa armada, o pessoal da Reduc foi procurar apoio e armas no Corpo de Fuzileiros Navais, que ficava perto de Caxias e era comandado pelo almirante Aragão e nós fomos até o Sindicato dos Operários Navais,

em Niterói, pois diziam que eles tinham armas.¹¹⁰ Mas, quando lá chegamos, vimos que as armas estavam nas mãos das tropas e estavam prendendo os dirigentes sindicais. Nesse momento [...], voltamos até a Petrobras em Caxias. [...] Conseguimos voltar para a Reduc. Quando eu tava voltando, tava chegando um caminhão com armas e munições. Nessa altura, a massa de trabalhadores já tinha ido embora, então tava só uma meia dúzia de militantes comunistas. Aí, “o que nós vamos fazer com tanta arma e munições?” A gente não podia voltar pela Rio-Petrópolis, porque tava arriscado dar de cara com as tropas e ser preso, com um caminhão cheio de armas. O que nós fizemos? Nós não, foi a direção da Reduc, porque eu não participei. Eles jogaram as armas e tudo num canal que tem lá na Petrobras.¹¹¹

Após isso, o Exército ocupou a Reduc, tornando-se, de acordo com Silas Conforto, “um tipo de campo de concentração, uma coisa horrível”,¹¹² e o sindicato foi “violentamente invadido, foi tudo destruído: a biblioteca, o cinema, os instrumentos da orquestra sinfônica, o mimeógrafo, tudo desapareceu”.¹¹³ Além de intervenção sindical, um IPM foi instaurado para investigar as ações de “comunistas” na empresa, resultando em exonerações em sua direção e cassações políticas.¹¹⁴

De toda maneira, pelo exposto na entrevista de Dinarco, o motivo pelo qual os dirigentes do Sindipetro Duque de Caxias tomaram a decisão de desistir da resistência foi a ausência de grande número de possíveis combatentes na refinaria. No caso de Aristélio, sua entrevista sugere que ele teria feito parte de um terceiro grupo, além dos apontados por Di-

narco, que foi buscar armas. Contudo, ao chegarem, o Exército já havia ocupado a Reduc antes mesmo que pudessem distribuí-las.

Todavia, na percepção de lideranças camponesas, a resistência ao golpe foi abortada por conta de uma decisão de quem lhes forneceria as armas, não daqueles trabalhadores rurais que estavam dispostos a empunhá-las. Tanto Bráulio quanto Laerte descrevem que, na ocasião do golpe, suas entidades camponesas estavam reunidas com um número expressivo de pessoas: “Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles”;¹¹⁵ “nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim, umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente”.¹¹⁶ Em ambas as reuniões, tanto da Associação de Lavradores de Caxias quanto da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa, os camponeses aguardavam o armamento para realizar uma resistência ao golpe.

Em Pedra Lisa, como dito anteriormente, Bráulio afirmava que “já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe”. Entretanto, José Eufrásio, que era membro do Conselho Fiscal da associação, se recorda da ocasião de maneira distinta: “Em Pedra Lisa, a Comissão da Associação não sabia o que fazer. Quando Jango se mandou, resolvemos ficar parados. Se o presidente fica, a gente podia resistir.”¹¹⁷ Essa afirmação indica que pode ter havido um dilema, entre as asso-

ciações camponesas e o Sindipetro Duque de Caxias, entre resistir ou não, condicionado à reação do presidente João Goulart ao golpe.

Considerações finais: a disposição de camponeses de resistir ao golpe militar só foi possível em virtude da experiência anterior de formação de classe

A tentativa de resistência armada ao golpe de 1964, por parte de camponeses e petroleiros na Baixada Fluminense, ilustra uma mobilização não concretizada que dependia de uma iniciativa maior de reação ao golpe por parte do presidente João Goulart. Todavia, “Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda”, isso porque “o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, [...] em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob aspectos do direito da propriedade e da força coercitiva do Estado”.¹¹⁸ Porém, iniciar uma guerra civil, mobilizando o III Exército a partir do Rio Grande do Sul para resistir ao golpe, bem como apoiar movimentos guerrilheiros, não eram opções que faziam parte do repertório político de Goulart.¹¹⁹

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, suposições de ameaça guerrilheira durante o governo Goulart, acusado de acobertá-las — tal como a suposição do IPM 709, que associava os conflitos por terra ao redor da cidade do Rio de Janeiro com possíveis focos de preparação de guerrilha —, são exageradas, e devem

ser entendidas dentro do contexto de Guerra Fria, após a Revolução Cubana. Alguns segmentos da esquerda faziam aposta mais radical, mas pouco foi realizado, “o que fica evidente na fraca reação ao golpe, que, com algumas exceções, não encontrou resistência relevante”.¹²⁰ Não por acaso, as localidades onde esses camponeses se situavam foram alvo de uma repressão militar muito dura, assim como na Reduc.

Ao mesmo tempo, a disposição dos trabalhadores rurais das entidades camponesas da Baixada Fluminense de resistir com armas ao golpe, articulados com entidades sindicais, traz à tona novos elementos sobre a parte da população que se opunha ao movimento golpista. Conforme Motta, “a derrubada de Goulart teve apoio de parte da sociedade, embora seja improvável que tenha sido majoritário. Por agora, basta dizer que os dados disponíveis não são conclusivos e indicam que o respaldo à queda de Jango tendeu a se concentrar nas classes médias superiores”.¹²¹ Essa suposição se reforça se verificado que, ao se referir à Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em São Paulo, “o embaixador Lincoln Gordon observou em sua carta de 2 de abril de 1964 para Dean Rusk, o secretário de Estado americano: ‘A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha’”.¹²²

A disposição para uma eventual resistência armada por parte dos trabalhadores rurais, tanto na Baixada Fluminense quanto em Pernambuco, se apresenta como dados que corroboram essa tendência

apontada por Motta. As entrevistas indicam que, na Baixada Fluminense, havia um número expressivo de camponeses dispostos a resistir, embora sem armas, em situação semelhante à descrita por Gregório Bezerra em Pernambuco.¹²³ Em momento posterior ao golpe, embora não haja evidências suficientes para confirmar a preparação de uma guerrilha na Região de Pedra Lisa, representações sociais da memória indicam um clima político na época que reforça a disposição dos camponeses para resistir com armas ao golpe e à ditadura recém-instalada. Com efeito, essa disposição só foi possível em decorrência de uma experiência de formação de classe,¹²⁴ desenvolvida através de um processo de mobilização social camponesa desde os últimos anos da década de 1940.

Além disso, alguns aspectos da tentativa de resistência armada ao golpe na Baixada Fluminense merecem uma análise mais aprofundada. Conforme Bráulio Rodrigues da Silva, em seu livro de memórias, “nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também”.¹²⁵ Essa afirmação de Bráulio ressalta a necessidade de investigar se outras entidades de trabalhadores rurais participaram dessa tentativa abortada de resistência armada ao golpe, bem como as circunstâncias do envolvimento do PCB, dado que o partido não adotava essa estratégia.¹²⁶

Notas

- 1 Versão resumida de artigo originalmente publicado na *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis | v. 16 | p. 1-25 | 2024. e-ISSN: 1984-9222 | DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2024.e100327>.
- 2 Gabriel Souza Bastos é doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ) e mestre pela mesma instituição. Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é pesquisador bolsista DTI do CNPq. E-mail: gabrielsoubastos@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1961-3635>.
- 3 *MILITARES da democracia – os militares que disseram não*. Direção: Silvio Tendler. Produção de Ana Rosa Tendler. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas, 2014.
- 4 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8ª ed. rev. ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 420.
- 5 NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 64.
- 6 GORENDER, Jacob. “Era o golpe de 64 evitável?” In: TOLEDO, Caio (org.). *1964: visões críticas ao golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora Unicamp, 1997. p. 109-116.
- 7 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 66-67.
- 8 BANDEIRA, op. cit.
- 9 Ibidem, p. 342.
- 10 BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 529.
- 11 Comunicação de Antônio Lavareda no XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), 1989 apud BANDEIRA, op. cit., p. 351-552.
- 12 CHAUI, Marilena. “História a contrape-lo”. In: *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 12.
- 13 BEZERRA, op. cit., p. 529.
- 14 POLLAK, Michael. “Memória e identidade

- social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- 15 MEDEIROS, Leonilde. “A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964”. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, 1983.
- 16 MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflitos e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018b. No estado do Rio de Janeiro foram realizadas dez desapropriações. Dessas, duas na Baixada Fluminense.
- 17 VELTMEYER, Henry. “The Dynamics of Land Occupations in Latin America”. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris. (org.). *Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America*. London, New York and Cape Town: Zed Books and David Philip, 2005. p. 285-316.
- 18 GLEIJESES, Piero. “The Agrarian Reform of Jacobo Arbenz”. *Journal of Latin American Studies*, v. 21, n. 3, 1989.
- 19 VELTMEYER, op. cit.
- 20 VASCONCELOS, Joana. *História agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia*. São Paulo: Alameda, 2017.
- 21 TARROW, Sydnei. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- 22 MEDEIROS, Leonilde. “História dos movimentos sociais no campo”. Rio de Janeiro: FASE, 1989. MEDEIROS, Leonilde. “Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018a. p. 49-92.
- 23 RAMOS, Carolina. “A construção do sindicalismo rural brasileiro”. In: Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Aracaju: UFS, 2010.
- 24 MEDEIROS, Leonilde. “Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, 1995.
- 25 RIBEIRO, Felipe. “A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)”. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2015.
- 26 BASTOS, Gabriel. “Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRJ, 2022. A “Região de Pedra Lisa” refere-se a uma região política, isto é, a área de influência política da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, onde foi consolidada sua base social de associados no período de 1948 a 1964. Essa região abrange as proximidades do bairro Pedra Lisa, situado atualmente em Japeri.
- 27 PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- 28 PUREZA, op. cit. GRZYNSZPAN, Mário. “Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)”. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFRJ, 1987. SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- 29 GRZYNSZPAN, op. cit.
- 30 BRITO, Ricardo. “Luta-se pela terra livre”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 205-243.
- 31 RIBEIRO, op. cit. TEIXEIRA, Marco Antonio. “Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé”. In: MEDEIROS, op. cit., 2018, p. 169-204.
- 32 BULCÃO, Clóvis. *Os Guinle: a história de uma dinastia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. FERREIRA, Álvaro. “Ocupações de terra e políticas agrárias no estado do Rio de Janeiro: a trajetória do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados)”. *Revista IDEAS*, v. 15, jan./dez. 2021.
- 33 MEDEIROS, op. cit.
- 34 GRZYNSZPAN, op. cit.
- 35 PUREZA, op. cit., p. 25-26.
- 36 Ibidem, p. 35-36.
- 37 BASTOS, op. cit.
- 38 SILVA, op. cit. RIBEIRO, op. cit. Pouco é contado, no livro de memórias de Bráulio, a respeito de sua relação com o PCB. Pureza, apesar de não mencionar a esse respeito em seu livro de memórias, era membro do comitê estadual do PCB, segundo o Serviço Nacional de Informação (SNI). ANTECEDENTES DE JOSÉ PUREZA E OUTROS – BR DFANBSB V8.MIC, GNC. CCC.83008793. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.
- 39 MEDEIROS, op. cit., 1989.
- 40 MEDEIROS, op. cit., 2018a, p.66.
- 41 Mais tarde, em 1965, essa federação, por determinação legal, passou a ser chamada de Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag-RJ). Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro. Contag, 1975. Acervo NMSPP. Fetag-RJ 1964-1989. Caixa 15. Ibidem.
- 42 GRZYNSZPAN, op. cit., p. 141-142.
- 43 SILVA, op. cit. BASTOS, op. cit.
- 44 MEDEIROS, op. cit., 2018a, p.64. Conforme a autora, embora a primeira desapropriação tenha ocorrido em 1958, em Pedra Lisa, durante o governo de Miguel Couto Filho (PSD), foi no governo de Roberto Silveira (PTB) (1959-1961) que as desapropriações ganharam impulso. O governador propôs o Plano Piloto de Ação Agrária na Assembleia Legislativa, abordando conflitos entre grileiros e famílias de trabalhadores rurais em “terras abandonadas”. O projeto, que se tornou a Lei nº 3.951, autorizava um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas, incluindo medidas como cadastro territorial, tombamento de propriedades particulares e estudos para apontar a possibilidade de colonização e organização de núcleos agrícolas.
- 45 ANAPAP. Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar. 2004-Maio 2005.
- 46 SILVA, op. cit., p. 39-40.
- 47 BRITO, op. cit., p. 222.
- 48 NEVES, Delma. “Posseiros e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos”. In: MEDEIROS, op. cit., 2018. p. 287-326.
- 49 PUREZA, op. cit.
- 50 RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 158.
- 51 BASTOS, Laerte. Entrevista concedida ao Projeto Memórias da Luta pela Terra e Moradia – ITERJ. Duque de Caxias, RJ, 2014. Acervo NMSPP.

- 52 MAIA, Aline. “O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em Duque de Caxias”. In: MEDEIROS, op. cit., 2018, p. 93-130. p. 111.
- 53 FILHO, Humberto. “Atividades sindicais em Caxias”. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, p. 4, 30 jun. 1961.
- 54 CRUZ, Iracema. “Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954/1964)”. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRJ, 1997. Segundo a autora, o Sindipetro-RJ foi fundado em 1959, tendo sua diretoria inicial liderada pelo PCB. Com o objetivo de afastar a influência do PCB na Reduc, o superintendente da refinaria propôs dividir o sindicato, resultando na criação do Sindipetro Duque de Caxias. Contudo, a chapa apoiada por ele perdeu a primeira eleição para membros já envolvidos com o Sindipetro-RJ.
- 55 “SUSTADOS despejos de lavradores em Caxias”. *Luta Democrática*, p. 5, 12 jun. 1963.
- 56 CALDAS, Fernando. “Reformas mobilizam a Baixada Fluminense”. *Luta Democrática*, p. 5, 11 jun. 1963.
- 57 DONADEL, César; SANTOS, Luís. “Lavradores deixam a ‘Cidade dos Meninos’ e ocupam posição estratégica nos morros”. *Última Hora*, p. 2, 22 fev. 1964; APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.
- 58 “5.000 pessoas reunidas no comício de Caxias”. *Última Hora*, p. 2, 9 mar. 1964.
- 59 ANTECEDENTES DE SYLLAS CONFORTO –BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_71004185_d0001de0001. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.
- 60 FILHO, Dinarco Reis. Entrevista concedida ao Núcleo Piratininga de Comunicação. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C-7tqtsOILpM>.
- 61 DUARTE, Antônio. *1964: A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009. p. 51, 65.
- 62 Uma vez que pouco antes do aniversário da associação, os marinheiros planejaram uma visita ao complexo petroquímico Presidente Vargas, o que foi considerado ato de insubordinação. CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: 1997. p. 51.
- 63 FILHO, op. cit.
- 64 APERJ, Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Edésio Carvalho da Rocha, notação 21.576. “DISPOSTOS os camponeses a defender suas terras”.
- 65 Jornal não identificado. In: Anapap, Acervo da Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar. 2006 – Maio 2008.
- 66 LIMA, Ulisses. *Luta armada: Baixada Fluminense 1961*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1985. BRITO, op. cit., p. 219. MAIA, op. cit.
- 67 LIMA, op. cit., p. 96. SILVA, op. cit., p. 32. DECRETADA a prisão do executor do plano agrário estadual. *Última Hora*, p. 3, 25 jan. 1962. GRILEIROS desmoralizam o governo. *Terra Livre*, São Paulo, capa, fev. 1962.
- 68 GRYNSZPAN, op. cit., p. 213.
- 69 Tenório Cavalcanti, “o homem da capa preta”, foi um político influente na Baixada Fluminense, destacando-se por seu estilo político agressivo e violento. Portanto uma submetralhadora chamada de Lurdinha, assumiu aura de “mito”. Foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1947, 1950, 1954 e 1958. Após o golpe de 1964, teve seu mandato cassado e direitos políticos suspensos. Verbete biográfico CPDOC.
- 70 COSTA, Manoel. Entrevista de Manoel Antônio da Costa, concedida a Marcelo Ernandez. Duque de Caxias, RJ, 2004. Acervo NMSPP.
- 71 CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: 1997. p. 31.
- 72 COSTA, op. cit.
- 73 MEDEIROS, op. cit., 1989.
- 74 Para mais detalhes, ver: MORAIS, Clodomir. “História das Ligas Camponesas do Brasil”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*, v. 4: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-76.
- 75 Ibidem. Com inspiração foquista, o MRT instalava campos de treinamento de guerrilha em algumas fazendas compradas. GORENDER, op. cit., 1987, p. 47-48. Nesse sentido, Moraes também menciona que havia um campo de treinamento guerrilheiro no estado do Rio de Janeiro, localizado na serra de Petrópolis no início da década de 1960. MORAIS, op. cit., p. 57.
- 76 TELÓ, Fabrício. *Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFRJ, 2019. p. 61.
- 77 SALES, 2005 apud TELÓ, 2019, p. 61.
- 78 MAIA, op. cit., p. 123.
- 79 TELÓ, op. cit. CODARIN, Higor. “À revolução brasileira! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971)”. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Salvador: Saggá, 2022.
- 80 COSTA, op. cit.
- 81 APERJ, Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.
- 82 O documento anterior não diz exatamente em qual ano a viagem ocorreu, apenas que foi após a fundação da Falerj (1959). Mas, no processo de Bráulio, é dito reiteradas vezes que a viagem ocorreu em 1961.
- 83 GORENDER, op. cit., 1987, p. 38.
- 84 SILVA, Bráulio. Entrevista concedida em 2004. Acervo NMSPP.
- 85 Para mais detalhes: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- 86 SILVA, op. cit., 2008, p. 41.
- 87 ARAÚJO, Frederico. “Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964”. Dissertação (Mestrado), UFRJ, 1982, p. 38.
- 88 TELÓ, op. cit., p. 160.
- 89 DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- 90 BRITO, op. cit.
- 91 DREIFUSS, op. cit., p. 513.
- 92 BRITO, op. cit., p. 216.
- 93 DREIFUSS, op. cit.
- 94 BRITO, op. cit., p. 215.
- 95 DREIFUSS, op. cit., p. 745.
- 96 Ibidem, p. 627, 637.
- 97 Ibidem, p. 293.
- 98 BULCÃO, op. cit.

- 99 DANTAS, Luiz. “A Normandia” de Guinle Irmãos - Nova Iguaçu. Niterói: Vasconcellos estabelecimento graphico, 1935.
- 100 BULCÃO, op. cit.
- 101 LERRER, Débora. “Memória, recalque e questão agrária no Brasil”. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 43, n. 1, 2023.
- 102 Ibidem.
- 103 IPM DO PCB. Inquérito Policial-Militar nº 709. Relatório dos inquéritos. Brasília: STM/SeArq, 1966.
- 104 MEDEIROS, op. cit., 2018b. BASTOS, op. cit.
- 105 BASTOS, op. cit., p. 139.
- 106 SILVA, op. cit., 2008, p. 43.
- 107 Conforme relatado em diversas entrevistas e conversas informais no trabalho de campo, e no depoimento de José Eufrásio em: MORADORES DO IMBÉ. Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevista concedida a Eliane Cantarino O’Dwyer. 1981. Acervo NMSPP.
- 108 BASTOS, Laerte, op. cit. Foi mantida a locução original do entrevistado, de modo a valorizar a espontaneidade e riqueza do depoimento.
- 109 CRUZ, op. cit., p. 102.
- 110 À época do golpe, o almirante Aragão, oficial da Marinha conhecido por sua lealdade a João Goulart, comandava o Corpo dos Fuzileiros Navais. Segundo Antônio Duarte e Avelino Capitani, membros da AMFNB, José Anselmo — presidente da associação, conhecido por ter colaborado com o regime ditatorial e acusado de já ser um agente golpista infiltrado na associação antes do golpe — “tentaria organizar um batalhão com operários marítimos voluntários”, mas informou que eles “tinham muitas dificuldades de organização”. CAPITANI, op. cit., p. 64. Segundo Duarte, “Anselmo saiu com um grupo de pessoas, alguns civis e outros militares, segundo alguns, para organizar uma resistência com os portuários e manter contatos com as ‘Ligas Camponesas’ do estado do Rio, na região por onde voltariam as tropas do governo que haviam aderido ao golpe”. DUARTE, op. cit., p. 76.
- 111 FILHO, op. cit.
- 112 CRUZ, op. cit., p. 101.
- 113 Ibidem, p. 102.
- 114 Ibidem.
- 115 SILVA, op. cit., 2008, p. 43.
- 116 BASTOS, Laerte, op. cit.
- 117 MORADORES DO IMBÉ. Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevista concedida a Eliane Cantarino O’Dwyer. Campos dos Goytacazes, RJ, 2 set. 1981. Acervo NMSPP.
- 118 GORENDER, op. cit., 1987, p. 66.
- 119 BANDEIRA, op. cit.
- 120 MOTTA, Rodrigo. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 45.
- 121 MOTTA, op. cit., p. 50.
- 122 DREIFUSS, op. cit., p. 298.
- 123 BEZERRA, op. cit.
- 124 MEDEIROS, op. cit., 1995.
- 125 SILVA, op. cit. 2008, p. 43.
- 126 GORENDER, op. cit., 1987. PANDOLFI, op. cit.